

Bolsas

Na sexta-feira

0,47%

São Paulo

1,23%

Nova York

Pontuação B3

IBovespa nos últimos dias

208.296

205.082

20/10

21/10

22/10

23/10

Na sexta-feira

R\$ 4,992

(- 0,92%)

Dólar

Últimos

16/outubro

19/outubro

20/outubro

21/outubro

22/outubro

5,073

5,048

5,018

5,027

5,039

Salário mínimo

R\$ 1.621

Euro

Comercial, venda na sexta-feira

R\$ 5,589

CDI

Ao ano

13,65%

CDB

Prefixado 30 dias (ao ano)

13,54%

Inflação

IPCA do IBGE (em %)

Maio/2026

Junho/2026

Julho/2026

Agosto/2026

Setembro/2026

0,58

0,16

0,07

-0,32

0,82

Propostas diferentes, mas que não resolvem os problemas

Falta de debate mais amplo para discutir os grandes desafios da economia brasileira é lamentada por especialistas, que alertam sobre os vários riscos e entraves para o crescimento sustentável

» ROSANA HESSEL
» RAPHAEL PATI

O segundo turno das eleições presidenciais, neste domingo, apresenta uma disputa bastante acirrada entre os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL). Analistas reconhecem que as propostas dos dois candidatos não são a solução para os reais problemas do país e, por conta disso, lamentam a falta de debates mais construtivos na economia, com a sugestão de planos construtivos e de longo prazo para tirar o país da eterna armadilha da renda média baixa.

Ao mesmo tempo, especialistas avaliam que as promessas de aumento de gastos, diante da carga tributária recorde de 32,4% do Produto Interno Bruto (PIB) e do comprometimento de 92% das despesas primárias com gastos obrigatórios, limitam o espaço para novas despesas sem cortes no orçamento. Nesse cenário, um ajuste fiscal em 2027 será inevitável para qualquer um dos candidatos, que aparecem tecnicamente empatados nas pesquisas eleitorais.

As propostas econômicas de Lula e Flávio partem de visões distintas, mas se aproximam na reta final da corrida eleitoral, com promessas que implicam aumento de gastos. O programa petista tem perfil mais desenvolvimentista e defende a atuação do Estado para estimular a economia, enquanto o do filho mais velho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) busca retomar o discurso liberal-conservador, com a promessa de reduzir pelo menos dez ministérios, dar um “tesouroço” nos impostos e cortar de R\$ 200 bilhões a R\$ 250 bilhões em despesas, sem detalhar como.

No entanto, as promessas dos dois candidatos ampliam os gastos e exigirão ajustes no orçamento para conter o avanço da dívida pública bruta, atualmente em 82,9% do PIB. No caso de Lula, o reajuste de 15% do Bolsa Família, os subsídios e o relançamento do Desenrola 3.0, para renegociação de dívidas, integram a conta que, segundo estimativas dos economistas Marcos Lisboa e Marcos Mendes em artigo recente, “já está perto de R\$ 300 bilhões”.

Flávio, por sua vez, propõe retomar o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e a desoneração da folha de pagamentos, além de criar o Vira Pix, congelar dívidas e ampliar programas de apoio setorial. Segundo estimativas preliminares da economista Mônica de Bolle, pesquisadora senior do Peterson Institute for International Economics (PIIE), as medidas podem custar de R\$ 460 bilhões a R\$ 545 bilhões apenas em 2027.

“Isso representa de 3,5% a 4% do PIB e tem potencial de elevar a dívida pública bruta projetada pela Instituição Fiscal Independente (IFI) para o fim deste ano, de 86,4% do PIB, para 90% do PIB”, alertou.

Ao comparar os dois programas, o economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto, fez alerta em relação a esse fato que ele considera “inevitável”. “O presidente Lula optou por medidas expansionistas e isso precisará ser equacionado no Orçamento de 2027. O senador Bolsonaro, por sua vez, tem prometido a volta do Perse, um programa custoso e datado, além de outros terrenos na Lua,

Principais propostas

Enquanto o programa econômico de Lula mantém a visão desenvolvimentista, com foco em programas sociais, o plano de Flávio possui uma visão liberal-conservadora, com promessas de corte de gastos mas, ao mesmo tempo, de aumento de despesas que não cabem no Orçamento

Tema	Lula (PT)	Flávio Bolsonaro (PL)
Papel do Estado	Estado com atuação forte na indução do crescimento econômico e redução das desigualdades.	Estado mais enxuto, com redução da estrutura administrativa e maior participação da iniciativa privada.
Empresas estatais	Defesa do fortalecimento de empresas como Petrobras, Correios e bancos públicos. Contrário a privatizações de setores estratégicos.	Retomada de privatizações e desestatizações em áreas consideradas não estratégicas.
Política fiscal	Uso de investimento público como instrumento de crescimento econômico e geração de empregos. Manutenção do arcabouço fiscal que não tem credibilidade.	Novo marco fiscal, focado na dívida pública. Promessa de ajuste de até R\$ 250 bilhões que não está detalhado. Prioridade para ajuste fiscal, redução da dívida pública, superávits primários e contenção de gastos.
Gastos públicos	Ampliação de políticas sociais e investimentos públicos.	Corte mínimo de 10 ministérios, cargos comissionados e despesas administrativas.
Tributação	Tendência a utilizar o sistema tributário para promover redistribuição de renda e financia.	Revisão da reforma tributária, redução de impostos sobre produção e consumo e simplificação tributária.
Mercado de trabalho	Valorização do salário mínimo, fortalecimento da negociação coletiva e proteção trabalhista.	Maior flexibilidade nas relações de trabalho e redução do custo de contratação. Lema: negociado prevalece sobre o legislado.
Desenvolvimento econômico	Crescimento baseado em investimento público, indústria nacional, infraestrutura e programas sociais.	Crescimento baseado em empreendedorismo, investimentos privados, concessões e privatizações.
Bancos públicos	Papel ativo de bancos públicos como BNDES, Caixa e Banco do Brasil no financiamento da economia.	Uso mais focado em crédito ao empreendedor, com menor protagonismo estatal na economia.

O PESO DOS IMPOSTOS

Em 2025, a carga tributária brasileira atingiu o maior patamar da história, de 32,4% do PIB, e se não houver corte de gastos, essa taxa tende a aumentar ainda mais

Carga tributária — Em % do PIB

Fontes: Programas dos candidatos enviados ao TSE, analistas, Receita Federal e Banco Central

como o perdão generalizado de dívidas, sem maiores explicações.”

“Sendo assim, o que restará, no após eleições, é, independentemente de quem se eleja, voltar as atenções à concepção de um programa de ajuste fiscal gradual, resolvendo o Orçamento do ano que vem e sinalizando para a recuperação do superávit primário. É a realidade. E ela se impõe”, disse Salto.

Otaviano Canuto, ex-vice-presidente do Banco Mundial e pesquisador no Policy Center for the New South, em Washington, por sua vez, disse que está entre os economistas céticos quanto à suficiência e probabilidade de sucesso das propostas dos dois candidatos. “Ambos os programas reconhecem que algo terá de ser feito para alterar a trajetória fiscal, hoje, de endividamento público já alto e crescente. Mas os dois candidatos apresentam caminhos distintos”, ponderou.

Lula promete manter o atual arcabouço fiscal, com mudanças no ritmo, mas deixou para depois das eleições os detalhes de um pacote que envolve gastos obrigatórios, benefícios sociais,

isenções fiscais e modernização do Estado, destacou Canuto.

Flávio, por sua vez, promete economizar R\$ 200 bilhões com a extinção de ministérios e a monetização de imóveis federais, sem cortar gastos sociais. No entanto, seus assessores pretendem reverter aumentos de impostos da gestão Haddad e reduzir a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), medidas que podem diminuir a arrecadação e ampliar o déficit público.

Desafios

Durante a campanha, Flávio mudou o discurso e passou a apoiar pautas que antes combatia, como o fim da escala 6x1 e a tarifa zero no transporte público, proposta pelo atual governo. Lula, por sua vez, foi questionado nos debates sobre a situação fiscal e o aumento da dívida pública.

Especialistas ouvidos pelo **Correio** apontaram desafios para o vencedor das eleições, entre eles retomar o crescimento sustentável da economia, que vem desacelerando, e reduzir a relação dívida-PIB, que deve encerrar

o ano em cerca de 86%, patamar próximo ao da pandemia de covid-19.

O ex-ministro da Fazenda Rubens Ricupero lamentou a falta de debate sobre como elevar a taxa de investimento, hoje abaixo de 17% do PIB, ante cerca de 25% na média da América Latina e mais de 30% nos países asiáticos. “Infelizmente, a campanha eleitoral não foi capaz de gerar um debate entre os candidatos sobre a maneira de enfrentar o desafio. Apesar disso, o governo Lula tem melhores condições de enfrentar tais questões a partir de 2027”, acrescentou.

O economista Paulo Tafner, diretor-presidente do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS), criticou mais o programa de Lula do que o de Flávio, mas avaliou que as promessas de ambos serão difíceis de cumprir e que, portanto, “o estelionato eleitoral será inevitável”.

Defensor de uma ampla reforma tributária para evitar o colapso do sistema, que, segundo ele, estava previsto para ocorrer a partir de 2024, Tafner também criticou o arcabouço fiscal do governo, que chamou de “calabouço fiscal”. “Há um monte de

despesa fora desse limite, que é uma vergonha e tudo deveria estar dentro da conta”, afirmou.

Para Luccas Saqueto, mestre em economia política pela PUC-SP, a principal diferença entre os candidatos está no papel do Estado e no ritmo do ajuste fiscal. “Lula defende a continuidade do arcabouço fiscal, dos programas sociais e dos investimentos públicos, enquanto Flávio Bolsonaro propõe um ajuste mais intenso das despesas, com redução da estrutura administrativa, revisão de gastos e mudanças nas regras fiscais”, destacou.

Segundo o economista, Lula precisará demonstrar que o modelo atual estabiliza a dívida, controla despesas e amplia os investimentos. Flávio terá de detalhar o “tesouroço”, estimando a economia sem comprometer serviços essenciais. Ambos precisarão compatibilizar eventuais cortes de impostos com as metas fiscais. “A questão central será conciliar sustentabilidade fiscal com condições para a expansão da atividade econômica”, acrescentou.

O professor da Unicamp Luiz Gonzaga Belluzzo, diz que a eleição

» Alerta do Nobel

O economista Joseph Stiglitz, vencedor do Nobel de Economia de 2001, alertou para os riscos de uma vitória de Flávio Bolsonaro e classificou como “imediatista” a euforia do mercado financeiro após o primeiro turno. Em entrevista à *Folha de S.Paulo*, afirmou que o enfraquecimento da democracia e a falta de investimentos em educação, infraestrutura e tecnologia comprometem o ambiente de negócios. “O que eles enxergam são impostos mais baixos, um ambiente mais... eles diriam ‘favorável aos negócios’”. Mas o que não percebem é que uma economia em recessão não é favorável aos negócios”, disse Stiglitz, que assina com Thomas Piketty, Chico Buarque e Raí uma carta publicada no *Le Monde* sobre a influência do governo de Donald Trump nas eleições brasileiras em favor do candidato do PL.

é “muito peculiar”, pela ausência de debates sobre metas de longo prazo. “Não tivemos a oportunidade de ver nenhuma exposição dos programas de governo dos candidatos, porque isso foi abafado”, afirmou. Aos 83 anos, ele compara o cenário aos governos de Juscelino Kubitschek, que elaborou o Plano de Metas, e de Ernesto Geisel, que lançou o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). “Agora, isso tudo acabou.”

Desenvolvimentista, Belluzzo criticou os defensores do ajuste fiscal, que, segundo ele, buscam limitar a atuação do Estado. “A ideia de equilíbrio é uma coisa terrível, porque a economia tem movimento. Ela não tem equilíbrio. Tem subidas e descidas”, afirmou. Ele também alertou que cortes nos gastos na dimensão prometida por Flávio podem provocar uma recessão profunda, como a de 2015 e 2016, após os cortes promovidos pelo então ministro da Fazenda Joaquim Levy, no governo Dilma Rousseff.

Inflação x Selic

Analistas apontam que o novo governo terá de conter as pressões inflacionárias, agravadas pelos conflitos no Oriente Médio e na Europa. A projeção do mercado para a inflação deste ano supera 5%, acima do teto da meta, de 4,5%, o que mantém os juros em patamar restritivo e limita a atividade econômica.

Não à toa, a taxa básica de juros (Selic), de 13,75% ao ano, é uma das mais altas do mundo. O economista-chefe da Ecoagro, Antônio da Luz, destacou que os juros estão acima de dois dígitos há 56 meses, sem que o tema tenha sido debatido na campanha.

Para Luz, a solução não passa por um “tesouroço” na máquina pública, como propõe principalmente Flávio, mas por estabilizar as contas, fazendo as despesas crescerem menos que as receitas. A medida reduziria relação dívida-PIB, reforçaria a confiança e aliviaria os custos dos juros para o governo e os consumidores.